

ATOESP: Uma história do associativismo torcedor em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980

ATOESP: A History of Fans Associativism in São Paulo in the 1970's and the 1980's

Vitor Canale

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP, Brasil
Doutorando em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV
vitorcanale@gmail.com

RESUMO: O presente artigo se debruça sobre a criação e a primeira década de atuação da Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo (ATOESP). A instituição, criada em 1976, congregou grêmios torcedores paulistas, representando iniciativa pioneira e um fórum de debates sobre as dificuldades enfrentadas pelos adeptos ao futebol. Com base em entrevistas, fontes da imprensa da época e no referencial da historiografia marxista inglesa, notadamente E.P. Thompson, mostra-se de que maneira, a despeito da visão de senso-comum acerca das rivalidades, as lideranças dos agrupamentos reunidos na Associação cultivavam diálogos. Nesse sentido, foram analisadas as pautas da ATOESP que ensejaram a convocação de boicotes e de atos contra a Federação Paulista de Futebol, no tocante ao calendário esportivo e ao aumento do preço dos ingressos, além das recorrentes reivindicações em prol da liberação de materiais festivos para as arquibancadas e de um melhor tratamento da Polícia Militar para com os torcedores.

PALAVRAS-CHAVE: História do futebol no Brasil; Torcidas organizadas; Futebol; São Paulo; Anos 1970.

ABSTRACT: This article focuses on the creation and the first decade of ATOESP, the Association of Organized Supporters of the State of São Paulo. The institution, created in 1976, included organized supporters of football clubs from São Paulo, representing a pioneering initiative and a forum for debates on the difficulties faced by football supporters. Based on interviews, in press sources of the time and in the referential of English Marxist historiography, notably EP Thompson, it is shown how, despite the common-sense view of the rivalries, the leaders in the Association cultivated dialogues. In this sense, the agendas that gave rise to ATOESP's call for boycotts and acts against the Football Federation from São Paulo were analyzed, concerning to the sports calendar and the increase in ticket prices. And finally, the conflicting relationship between organized supporters and the Military Police in the second half of the 1970s.

KEYWORDS: History of Brazilian Football; Organized Supporters; Football; São Paulo; 1970s.

NOVOS ATORES SOCIAIS NO FUTEBOL PAULISTA

O cordão carnavalesco Fio de Ouro da Bela Vista se reunia mais uma vez para um cortejo pelas avenidas de São Paulo. Naquela noite de 24 de maio de 1968, juntava-se a mais duzentos torcedores em protesto com alto-falantes, cartazes, faixas e bandeiras, que, junto com o batuque e gritos de “Corinthians, Corinthians”, traziam o estádio do Pacaembu para a Rua Almirante Marques Leão.

A passeata – liderada por Inaté José da Silva, de 20 anos, descrito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como “um crioulo baixo e forte, que anda sempre de branco, que, não consegue esquecer ‘a surra que alguns capangas do presidente lhe deram’”¹ – tinha como alvo o longevo presidente do clube, Wadih Helu. O líder da Fiel Alvinegra (Fan) passara o mês organizando o ato, que contou com a adesão de diversas lideranças da torcida, como Jarbão e Piximbau, da Vila Mariana; Igor, da Bela Vista; e Gibi, da favela Vergueiro, que conseguiram a assinatura e a contribuição em dinheiro de cinco mil torcedores.

O incomum de um protesto consentido no centro de São Paulo atraiu a atenção de transeuntes e das pessoas que assistiam da janela o samba e o espocar dos fogos. A Fan era um grupo que existia já havia algum tempo, mas uma derrota para o Santos foi o estopim do descontentamento. O protesto atendia a um duplo desígnio, quais sejam, conscientizar os torcedores que assistiam à marcha e mostrar a Helu que não eram apenas alguns conselheiros que estavam na oposição, mas a torcida também.

O ato protagonizado pelo grupo era uma das faces públicas de um movimento que se fortificava nas arquibancadas de diversos estádios da capital e do interior paulista. A organização de jovens torcedores, a partir de meados da década de 1960, trouxe a emergência de novas performances e a participação de setores da arquibancada de uma maneira mais recorrente na política dos principais clubes do estado.

Contudo, é necessária a ressalva de que o surgimento de cada torcida organizada constitui uma experiência específica, norteadas pela influência de sócios, dirigentes, da imprensa e de outros agentes do espetáculo esportivo.² Em comum, esses diversos grupos

¹ TORCIDA promove passeata contra Wadih Helu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio, p. 15.

² As primeiras torcidas organizadas paulistas surgiram em 1969, com a fundação da Torcida Jovem Ponte, em Campinas, dos Gaviões da Fiel e da Torcida Jovem do Santos, em São Paulo. No início da década de 1970 surgiram a palmeirense TUP (Torcida Uniformizada do Palmeiras) e a Torcida Jovem do Guarani, futuramente rebatizada de Guerreiros da Tribo. Em 1971 foi fundada a corintiana Camisa 12 e no ano seguinte a Torcida Tricolor Independente. Em 1972, foi

de torcedores tinham a predominância de jovens do sexo masculino entre seus fundadores e principais apoiadores, a organização de elementos estéticos e sonoros de apoio ao time, a padronização das vestimentas como forma de marcar seu espaço nas arquibancadas e a organização de caravanas de apoio ao clube.³

A percepção dos problemas que atrelavam torcedores de diferentes times foi um fio condutor de relações: o uso do transporte público, o valor dos ingressos, as dificuldades das caravanas, os códigos de ética eram todas experiências compartilhadas por um grande contingente que escolhia as organizadas como seu modo de vida. Essas experiências que irmanavam torcedores de diversas agremiações aproximou as lideranças de três das maiores torcidas organizadas de São Paulo nos primeiros anos da década de 1970.

A relação entre Flávio La Selva, fundador e primeiro presidente dos Gaviões da Fiel; Hélio Silva, longo presidente da Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP), e Cosmo Damião Freitas, fundador e presidente da Torcida Jovem do Santos, extrapolou a rivalidade clubística⁴ e estimulou vínculos de solidariedade e ações conjuntas entre rivais. Ao longo da primeira década do movimento de torcedores organizados em São Paulo a atuação dos três presidentes e a participação de outros representantes de grêmios, como Wanderlei “Matheus” Rodak, da Torcida Uniformizada do Palmeiras; Maurício Lombardi, da Torcida Jovem da Ponte; e Tadeu Datovo, da Guerreiros da Tribo, buscava mudanças na estrutura do futebol e meios de conciliação da rivalidade clubística.

A realização de um campeonato de futebol entre as torcidas organizadas da capital paulista, no Ibirapuera, era uma mostra de como esse movimento originado nas lideranças começava a se expandir para as instituições como um todo. O torneio de janeiro de 1975 precedia em mais de um ano a institucionalização da Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo, mas já mostrava um terreno fértil de relações.

também a vez da Leões da Fabulosa, representante da Portuguesa. Ausenta-se desta lista a Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP) por ter sido fundada em 1939, porém a partir de 1969 adotou uma postura e organização semelhante às torcidas organizadas.

³ TOLEDO. *Torcidas organizadas de futebol*, p. 32.

⁴ O contato frequente entre as lideranças – que, segundo Hélio Silva, começara por volta de 1972, com encontros semanais em bares da cidade para tomar cerveja e discutir os problemas em comum das torcidas estreitou até os laços de compadrio entre Cosmo Freitas, da Torcida Uniformizada do Santos, e Flávio La Selva. HOLLANDA; FLORENZANO. *Territórios do torcer*, p. 104.

A CRIAÇÃO DA ATOESP

A criação de uma associação de torcedores era vista como um acréscimo de credibilidade para o encaminhamento de demandas e sugestões a outras entidades do futebol, principalmente a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a Federação Paulista de Futebol (FPF). Era também a possibilidade de um discurso unificado junto à mídia em questões que interessavam a todos os torcedores. O desejo dos fundadores da ATOESP era criar um espaço para o estabelecimento de regras comuns a todas as torcidas, dividir harmonicamente os espaços das arquibancadas nos clássicos realizados nos estádios do Morumbi e do Pacaembu e criar estratégias para diminuir os enfrentamentos entre torcedores, organizados ou não.

Segundo Fernando Pereira da Silva, representante dos bugrinos da Guerreiros da Tribo, a entidade atendia a uma diversidade de questões de interesse público:

discutia os problemas que estavam acontecendo entre as torcidas, discutia o que podia ser feito junto à Federação e junto à Polícia Militar do Estado de São Paulo para maior segurança; se discutia, por exemplo, a chegada das torcidas no estádio, negociar com a Polícia Militar que tivesse um ponto de parada na entrada da cidade e com escolta até o estádio com todos os ônibus juntos; na saída, que tivesse uma escolta da Polícia Militar até pegar a estrada novamente, porque havia muita... a molecada jogava pedra nos ônibus na saída, depredava os ônibus e a torcida tinha que pagar. A recepção e a amizade que tinha que ter quando chegasse uma torcida, a torcida representante do time da casa tinha que receber, para quebrar o risco de atritos, mostrar que havia uma integração entre as torcidas, e isso foi legal.⁵

A institucionalização da entidade ocorreu em 17 de fevereiro de 1976 e em seu primeiro ano a ATOESP contava com os Gaviões da Fiel e a Povão Torcida Unida, representantes do Corinthians; a Torcida Uniformizada e a Torcida Acadêmica do Palmeiras; as torcidas Leões da Fabulosa e Corações Unidos da Portuguesa de Desportos; a Torcida Uniformizada do São Paulo; a Torcida Jovem do Santos; e as campineiras Torcida Jovem da Ponte Preta e Guerreiros da Tribo – Força Independente do Guarani.⁶

A sede dos Gaviões da Fiel foi o endereço escolhido para a hospedar a entidade, mas tinha por função apenas receber as reuniões entre os dirigentes das torcidas e correspondências. Flávio La Selva, um dos principais incentivadores da criação da ATOESP,

⁵ SILVA. Depoimento, p. 11.

⁶ TORCIDAS unidas formam os “Guerreiros da Tribo”. *Jornal do Guarani*, Campinas, nov.-dez. 1976, n. 6, p. 4.

foi escolhido como seu primeiro presidente, mas ao longo da história da entidade se rezezaria no cargo com Hélio Silva e Cosmo Freitas.

O surgimento da entidade estava inserido num quadro maior de criação de movimentos populares urbanos na cidade de São Paulo e em outras metrópoles durante a segunda metade da década de 1970. Essas iniciativas, batizadas de “novos movimentos sociais”, eram marcadas por uma identidade em comum entre seus integrantes e a defesa de interesses coletivos ameaçados por um dinâmica social excludente.⁷ Para entender a dinâmica da ATOESP se faz necessário conhecer o ambiente do torcedor paulista de meados da década de 1970.

OS DESAFIOS DO TORCEDOR PAULISTA NA DÉCADA DE 1970

O ciclo de reportagens “Campeões da Geral”, do jornalista Narciso James, visava apresentar aos leitores da *Folha de S. Paulo* as principais torcidas organizadas paulistanas.⁸ Além de um breve histórico das torcidas, as reportagens, veiculadas em julho de 1975, contavam com as reflexões de vários torcedores sobre o futebol local.

Cláudio Simões, dos Gaviões da Fiel, era um dentre os vários líderes de torcida críticos à atuação da Polícia Militar nos estádios. Para Simões, os policiais esqueciam-se de que ali estavam trabalhadores e estudantes, tratando todos como vagabundos. O policiamento repressivo ficava claro com o uso de armas de fogo e cassetetes, enquanto as torcidas pediam iniciativas preventivas.⁹ Hélio Silva, da Tusp, citava uma situação ilustrativa do comportamento da corporação: um rapaz que foi repreendido pela polícia ao tentar pular o alambrado, quando desceu, por conta própria, foi espancado pela PM. Situações como essa, na opinião do são-paulino, traumatizavam o adulto que ia ao estádio e a criança, que perdia o encanto pelo futebol.¹⁰

Apesar das reuniões entre policiamento e líderes de torcidas, as proibições dos fogos de artifício, mastros de bandeira e batuques eram outros fatores fortemente

⁷ GOHN. *Teorias dos movimentos sociais*, p. 218.

⁸ JAMES. Os Gaviões da Fiel, 753 torcedores contra 50 anos de atraso no futebol. *Folha de S. Paulo*, 29 jul. 1975, Folha Esportiva, p. 26.

⁹ JAMES. Os Gaviões da Fiel, 753 torcedores contra 50 anos de atraso no futebol. *Folha de S. Paulo*, 29 jul. 1975, Folha Esportiva, p. 26.

¹⁰ JAMES. A elite do Morumbi: senhores bem-comportados na guerra dos estádios. *Folha de S. Paulo*, 30 jul. 1975, Folha Esportiva, p. 30.

criticados pelos torcedores organizados. Os fogos de artifício estavam proibidos por causarem queimaduras nos torcedores. Enquanto reivindicavam mudanças na regra, cada torcida adotava seu expediente para burlá-la. Os rojões entravam jogados por cima dos muros do estádio, na saia das torcedoras, no ônibus junto aos jogadores e até escondidos nas lanchonetes do estádio.

A proibição do batuque, segundo o major Laranjeiras, responsável pelo policiamento no Pacaembu, advinha de uma lei municipal e tinha por intuito garantir que os jogadores ouvissem o apito do juiz. Os torcedores contestavam a existência da lei e o fato de que o barulho atrapalhasse o jogo. Segundo a experiência de Cláudio Simões, o batuque era um fator a favor dos árbitros e do policiamento, pois em muitas oportunidades que a torcida do Corinthians xingava o time a bateria dos Gaviões da Fiel abafava os improperios e mantinha a paz no estádio. Cosmo Freitas contava que as novas músicas escritas pela ala de compositores da Torcida Jovem do Santos não poderiam ser estreadas sem os batuques, o que diminuía a festa da torcida e desmotivava alguns integrantes.

As justificativas nas quais se baseavam as proibições eram uma forma de ataque à manifestação cultural dos torcedores e atingiam o movimento no seu ponto mais ressaltado, a festa. Durante a primeira metade da década de 1970, o movimento das torcidas organizadas foi caracterizado por sua capacidade de promover o embelezamento e a diversão dos estádios; no entanto, para os torcedores a polícia era cada vez mais um impeditivo. Cosmo Freitas¹¹ ressaltava a incoerência das proibições e previa que se as torcidas tivessem mais liberdade para fazer sua festa, e se os estádios fossem melhores, o público aumentaria em até 30% e atrairia turistas para a cidade de São Paulo. No entanto, acreditava que, em 1975, a realidade não permitia projeções positivas a curto prazo.

As regras de policiamento eram válidas apenas para a cidade de São Paulo. As proibições variavam entre as cidades do interior paulista e eram um problema na organização das caravanas. Os líderes das torcidas organizadas da capital pediam que a Polícia Militar uniformizasse sua atuação para facilitar a vida do torcedor e protegê-los dos excessos da lei que recorrentemente aconteciam no interior.

Aos problemas de policiamento e dos estádios somavam-se os ônibus especiais da CMTC,¹² sempre lotados e com um custo que não justificava o serviço oferecido, na

¹¹ JAMES. A força fanática que esqueceu Pelé e acredita em mistérios no futebol. *Folha de S. Paulo*, 1 ago. 1975, Folha Esportiva, p. 18.

¹² Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

visão do santista Cosmo Freitas; de Hélio Silva, da Tusp; e de Cláudio Simões, membros da Gaviões da Fiel.

Os valores dos ingressos eram também uma preocupação de Freitas, que pregava um barateamento não só para os torcedores organizados, mas para toda a torcida. A escalada de preço dos bilhetes era uma questão central para os frequentadores assíduos. Em 1965, o ingresso mais barato correspondia a 0,19% do salário-mínimo e, em 1975, saltara para 2,3%.¹³

As condições do futebol paulista faziam com que seu público não aumentasse, mesmo a cidade crescendo em número de habitantes. Para o jornalista Narciso James, esse era um dos principais sintomas de que não havia renovação nas arquibancadas. O futebol era uma diversão secundária na cidade em comparação aos cinemas: enquanto os 132 jogos do Campeonato Paulista de 1972 concentraram 1.671.674 (um milhão e seiscentos e seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e quatro) torcedores, os 144 (cento e quarenta e quatro) cinemas e 29 (vinte nove) teatros receberam 21.553.814 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta três mil e oitocentos e quatorze) espectadores. O dirigente Paulo Machado de Carvalho concordava que o futebol não conseguia chegar às massas paulistanas e lembrava que um público de 100 (cem) mil pessoas representava apenas 1% da população da cidade, e os jogos com 25 (vinte e cinco) mil torcedores despertavam o interesse de 0,25% dos habitantes.

A chuva, o frio, as arquibancadas desconfortáveis, os banheiros em más condições, a fome e aos longos percursos em ônibus lotados eram parte da experiência de diversos frequentadores dos estádios paulistas. O modo de vida em comum de muitos torcedores organizados criava uma rede de relações e uma compreensão de que a realidade precisava de mudanças.

POR UMA “ECONOMIA MORAL” TORCEDORA

Em outubro de 1979, o presidente da Federação Paulista de Futebol, Nabi Abi Chedid, criticou o São Paulo pela escolha do estádio do Morumbi para a partida contra a Internacional de Limeira. Da renda bruta de Cr\$ 86.870 (oitenta e seis mil, oitocentos e setenta) cruzeiros, após o pagamento de fiscais e bilheteiros, restara ao São Paulo apenas Cr\$

¹³ PREÇO dos ingressos e salário. *Folha de S. Paulo*, 31 jul. 1975, Folha Esportiva, p. 34.

2.128,44 (dois mil, cento e vinte oito cruzeiros e quarenta e quatro centavos) cruzeiros. O clube ainda teria de arcar com as contas de água, luz e demais despesas.

Para Chedid, partidas como essa, que contou com 1.657 (mil e seiscentos e cinquenta e sete) pagantes, deveriam ser feitas em estádios menores, como o Parque Antártica ou o Pacaembu. Ele afirmava que as rendas baixas eram também fruto do mau planejamento dos times. A *Folha de S. Paulo* lembrava que o Campeonato Paulista era como uma maratona para os torcedores, muitos dos quais não tinham condição de acompanhar uma tabela tão longa e com os jogos tão próximos entre si. O jornal ainda cobrava o cumprimento de uma promessa de campanha de Chedid, uma tabela de preços de ingressos que respeitasse a importância das partidas, pois pagava-se o mesmo valor para assistir a um clássico e a uma partida contra um time de menor relevância.¹⁴

Os representantes das principais torcidas organizadas prometiam se insurgir contra o campeonato. O caminho a ser trilhado seria debatido entre os grêmios na reunião da ATOESP, com a participação dos Gaviões da Fiel, Torcida Jovem do Santos, Torcida Uniformizada do São Paulo e Leões da Fabulosa. A proposta do boicote aos jogos ganhava repercussão com o apoio de Hélio Silva e Cosmo Damião Freitas, dois dos vice-presidentes da entidade. Na visão de Silva,

Os cartolas não respeitam o torcedor. Nós não podemos mais aceitar um campeonato esculhambado como este, que não vale nada. Precisamos iniciar uma campanha para que ninguém compareça aos estádios. Inclusive nas partidas finais. Quem sabe, então os dirigentes façam alguma coisa em benefício do futebol.¹⁵

O boicote precisava entrar em vigor para mostrar aos dirigentes as agruras do torcedor. Segundo Silva, deveriam ser feitas campanhas na frente dos estádios com cartazes e panfletagem para conscientizar também os adeptos que não participavam das torcidas organizadas. Outro fator de estímulo, na visão do presidente da Tusp, era que sem a festa das torcidas organizadas muito do jogo perderia seu encanto para o restante dos frequentadores.

Os jogos com menos de 48 (quarenta e oito) horas de intervalo mostravam apenas o desejo de lucro que unia os presidentes dos clubes e da Federação Paulista de Futebol. Por isso, o boicote encontraria acolhida dentre todos os torcedores, conscientes dos

¹⁴ NABI condena o Morumbi. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

¹⁵ ESTÁDIO vazio, a única solução. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

interesses envolvidos na tabela do campeonato. Hélio Silva, perguntado se temia represálias pelo boicote, garantia que não, “pois não se trata de manifestação política”.¹⁶

O boicote era uma indesejada realidade para Cosmo Damião Freitas, presidente da Torcida Jovem do Santos, que já adotava a prática para si e orientava seus companheiros a fazerem o mesmo:

É muito duro para um verdadeiro torcedor não ir ao estádio quando seu time está jogando. Eu sei que quem gosta vai mesmo, mas chegou a hora de dar um basta às tabelas malfeitas e aos jogos sem sentido. Além disso, o bolso já não aguenta mais, pois se gasta muito para ver uma partida, mesmo quando não se viaja. Nas finais tudo bem,¹⁷

Freitas acreditava que, se o boicote não desse certo, o próximo passo era pressionar diretamente Nabi Abi Chedid ou pedir uma intervenção federal na Federação Paulista de Futebol.¹⁸

A visão do presidente da ATOESP, Flávio La Selva, divergia do restante do grupo. Para o representante dos Gaviões da Fiel, a alternativa do boicote seria fácil para os são-paulinos, pois já não frequentavam os estádios, porém, convencer a massa corinthiana era uma missão mais complexa. O medo de La Selva era que a iniciativa não conseguisse ser implementada e a associação passasse ridículo, por isso defendia o encaminhamento de uma lista de sugestões das torcidas organizadas à Federação Paulista de Futebol como primeiro passo.¹⁹

Contudo, Flávio La Selva reconhecia que, mesmo sem uma campanha, o público nos estádios diminuía gradualmente. “Antigamente uma partida entre o Corinthians e um time pequeno recebia de 33 a 39 mil pessoas. Hoje a média caiu para menos de 15 mil. A mesma coisa acontece com o Santos”.²⁰ A culpa desse fenômeno, para o fundador dos Gaviões da Fiel, era da Federação Paulista de Futebol e seu campeonato bagunçado, mas era importante que as torcidas pensassem suas ações para não perderem força. “Eu sei que temos um peso muito forte. Porém, é preciso entrar numa briga destas certos da vitória. Se houver unanimidade para se fazer um boicote, tudo bem”.²¹

¹⁶ ESTÁDIO vazio, a única solução. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

¹⁷ ESTÁDIO vazio, a única solução. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

¹⁸ APOIO ao time só na decisão. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

¹⁹ TEIXEIRA. A torcida já pensa em fazer boicote. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

²⁰ GAVIÕES querem a unanimidade. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

²¹ GAVIÕES querem a unanimidade. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 1979, p. 34.

Na Torcida Uniformizada do Palmeiras, segundo Luiz Pereira Pinho, presidente da entidade à época, o boicote já era uma realidade, mas tinha de ser expandido:

Eu encampo esta ideia, e mesmo não fazendo parte da ATOESP, porque o torcedor está sendo enganado. Na verdade, eu tenho procurado convencer os outros de que estão gastando dinheiro à toa assistindo aos jogos, pelo menos desta fase. Porém, sabe como é, tem torcedor que é um eterno apaixonado, quer ver seu time ganhar, mesmo sem valer nada para a classificação.²²

A solução das torcidas seria tomada em assembleia e poderia decretar uma greve de torcedores inédita no futebol brasileiro. Contudo, o tema fora tirado de pauta na reunião e o desfecho gerou críticas da *Folha de S. Paulo*, que comparava a transparência dos torcedores organizados aos dirigentes de clubes. José Miguel, um dos diretores da ATOESP, prometia a divulgação das decisões da próxima reunião dali uma semana.²³ Doze dias depois, em 16 de outubro, a resposta da entidade não vinha em forma de boicote, mas em manifesto. Em seus oito pontos, a missiva endereçada à Federação Paulista de Futebol foi distribuída a rádio e jornais da capital. O documento retomava reivindicações feitas pelas torcidas organizadas desde 1975, antes ainda da conformação da ATOESP:

A revalorização da rivalidade entre os grandes clubes. No Campeonato Paulista um clássico podia acontecer até 8 vezes no mesmo torneio, o que banalizava a disputa e diminuía o interesse do torcedor. Uma fórmula de disputa mais consciente para o torneio estadual, pois o torcedor se sentia enganado por um sistema de turno e retorno que não levava à final. As torcidas pediam que o campeonato fosse disputado em turno e retorno com todos os times jogando entre si. O sistema de chaves era visto como negativo por possibilitar conchavos entre equipes, afetando a credibilidade do campeonato. O Campeonato Paulista devia ser classificatório para o Campeonato Brasileiro. Tal procedimento aumentaria a competitividade e estimularia os torcedores. A volta do Campeonato de Aspirantes como entretenimento antes das partidas. A manutenção do mesmo preço do ingresso ao longo de todo Campeonato. Os torcedores sentiam-se lesados por acompanharem as fases de classificação e sofrerem um reajuste abusivo nos ingressos para as finais. Os missivistas sugeriam a Nabi Abi Chedid que os reajustes deveriam ser feitos apenas nos ingressos mais caros, como o setor de numeradas, poupando o povo das gerais e das

²² TUP começou sua campanha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 out. 1979, p. 34.

²³ TORCIDAS não divulgam os resultados da assembleia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 out. 1979, p. 40.

arquibancadas. “Não seria uma forma de melhor distribuir a renda nacional?”.²⁴ E pontuavam que não seriam as promoções, de caráter esporádico, que levariam os torcedores aos estádios, mas mudanças estruturais como mais segurança, conforto e tabelas organizadas.

A ATOESP reivindicava ainda a saída dos presidentes dos clubes do conselho arbitral da FPF, por acreditarem que os mandatários não pensavam no bem geral, apenas nos seus clubes. Segundo os representantes do movimento, a ideia era que os dirigentes do futebol paulista ouvissem os torcedores com mais frequência; para isso, o movimento pleitearia assentos no conselho para participarem diretamente da organização do regulamento e das tabelas do torneio estadual.

Para os torcedores reunidos, um campeonato de vinte times, como o de 1979, era um problema, pois seria uma forma de Nabi Abi Chedid contemplar seus interesses políticos. Contudo, todos os presidentes de clubes eram culpados, pois cancelavam o regulamento no conselho arbitral, antes do início do torneio.

A grande quantidade de jogos onerava o torcedor não apenas com ingressos, mas também com os custos das caravanas, e, segundo as lideranças, estava cada vez mais difícil encher um ônibus. Uma viagem de São Paulo a Ribeirão Preto custava ao torcedor, na época, aproximadamente 750 cruzeiros, cerca de um terço do salário-mínimo.

As lideranças do movimento de torcedores afirmavam que seu objetivo inicial não era a greve e nem o boicote às equipes, mas, caso a realidade do campeonato não fosse repensada para a edição seguinte, existia a possibilidade de um abandono dos estádios.²⁵ O documento era assinado por 25 (vinte e cinco) torcidas organizadas: Gaviões da Fiel, Torcida Jovem do Santos, Torcida Uniformizada do Palmeiras, Torcida Uniformizada do São Paulo, Leões da Fabulosa, Povão Torcida Unida, Furacão Santista, Torcida Tricolor Independente, Torcida Acadêmica do Palmeiras, Mancha Verde, Camisa 12, Tubarões Santistas, Grêmio Alviverde, – Gama Corintiana, Torcida Palchopps, Terremoto Santista, Força Independente do Palmeiras, Brasões da Fiel, Paz no Verdão, Tico (Torcida Independente Corintiana), Atômico Magia Alvinegra, Periquitos de Poá, Inferno Verde e Mosqueteiros do Timão.²⁶

²⁴ NO DOCUMENTO o grito da torcida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 1979, Folha Esportiva, p. 36.

²⁵ AQUINO. Calendário ou greve. *Placar*, 19 out. 1979, n. 495, p. 46-48.

²⁶ AQUINO. Calendário ou greve. *Placar*, 19 out. 1979, n. 495, p. 46-48.

Esses grêmios de torcedores, reunidos na ATOESP, vislumbravam um conjunto de práticas e direitos que seriam constitutivos da experiência futebolística. A defesa de uma agenda de interesses populares fazia com que a entidade versasse, em alguma medida, sobre os anseios da totalidade dos torcedores.

Para o torcedor, sua adesão a um clube e a possibilidade de participar de seus destinos na arquibancada estava acima de uma questão econômica e, por isso, não deveria ser determinada por ela. O acesso ao estádio, em sentido amplo, incluso o ônibus da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), a bebida e o alimento consumidos dentro do estádio e nas imediações, bem como os ingressos, não eram meros consumos quantificáveis, capazes de ser trocados por qualquer outro lazer. A adesão do torcedor ao estádio era, e ainda é, parte da vida emocional de setores da população, que as lideranças dos grêmios de torcedores viam ser alienadas por uma disputa de dinheiro.

O historiador inglês E. P. Thompson cunhou o conceito de economia moral para analisar os motins de fome na Inglaterra ao longo do século XVIII. Ao fugir de uma cadeia explicativa naturalista, em que os motins de fome eram embasados na lógica da necessidade elementar, instinto e fome, que levariam aos saques e pilhagens desesperados, o historiador inglês retomava a importância das concepções que as classes populares tinham sobre o seu direito a determinadas benesses sociais. Assim, existia uma apreciação da parte dos populares sobre o que seria legítimo ou ilegítimo na atuação dos comerciantes e das autoridades, pois, acima da lei ou da lógica do livre mercado, existiam costumes assentados socialmente.²⁷

Essas apreciações coletivas, que previam a garantia de um bem-estar comum, apresentavam-se socialmente em toda a sorte de pressões, que gradualmente impunham a vontade popular às autoridades. Os torcedores envolvidos na ATOESP, à sua maneira, faziam uso desse tradicional expediente de reivindicação popular e nele aproveitavam para difundir a política em seu conceito mais amplo, o da participação dos desejos dos diversos sujeitos na constituição da sociedade. Essa atuação voltada ao direito do consumo do futebol se expandia como luta democrática; a questão de direitos inalienáveis fincava raízes e se tornava instrumento de pressão e autorreconhecimento do poder dos grêmios e sua atuação organizada nas mudanças do futebol paulista.

²⁷ THOMPSON. *Costumes em comum*, p. 257- 8.

Como resposta às reclamações das torcidas organizadas, Nabi Abi Chedid promoveu um evento com representantes de clubes, imprensa e torcidas para a divulgação do regulamento da fase final do Campeonato Paulista. Paulo Sérgio, representante da Tubarões Santistas, afirmava que o convite feito ao seu grêmio era para participar da elaboração da tabela da fase final, mas, na verdade, o evento tratava-se simplesmente de um coquetel:

A gente não esperava que fosse só uma festinha organizada para encobrir erros cometidos nesses dois turnos que não valeram nada. Com esta palhaçada, eles pretenderam calar a boca da torcida que estava começando a protestar unida, coesa. Mas não vão conseguir.²⁸

Na visão de Antônio Carlos, do Grêmio Alviverde, essa era mais uma estratégia demagógica de Chedid, que prometeu a premiação dos melhores do campeonato no evento. O representante da Mosqueteiros do Timão afirmava que a falta de interesse dos seus torcedores era responsável por uma dívida de Cr\$ 18 (dezoito) mil cruzeiros contraída pelo grêmio nos últimos meses. Já os Tubarões Santistas acabaram despejados de sua sede pela diminuição drástica das contribuições.²⁹

ARDIS, RIVALIDADES E REVESES DA LUTA TORCEDORA

A impressão de que as reivindicações feitas pelas torcidas mudariam os procedimentos policiais e a atuação da Federação Paulista de Futebol não se confirmaram. As críticas feitas pelas entidades de torcedores e veiculadas nos jornais *O Estado de S. Paulo*, na *Folha de S. Paulo* e no semanário *Placar* desde o início da década de 1970 não incidiram em mudanças significativas. E mal sabia o dirigente da Mosqueteiros do Timão que a recepção de lançamento das finais do Campeonato Paulista era o início de uma desavença que envolveria o seu clube e toda a sua torcida contra o mandatário da FPF.

Segundo *Placar*, desde sua eleição, em fevereiro de 1979, Nabi Abi Chedid tentava incluir o Corinthians nas rodadas duplas do Campeonato Paulista. Contudo, estava impossibilitado de impor essa obrigação ao time, pois no primeiro turno os mandos de jogos pertenciam aos clubes. Porém, na segunda fase, os mandos de jogos passavam à Federação Paulista de Futebol. Tal situação proporcionou o agendamento de uma rodada

²⁸ UÍSQUE e bandeira não compra nossa opinião. *Folha de S. Paulo*, 6 nov. 1979, p. 32.

²⁹ UÍSQUE e bandeira não compra nossa opinião. *Folha de S. Paulo*, 6 nov. 1979, p. 32.

dupla, em 11 de novembro de 1979, que contaria com as partidas Palmeiras e Guarani nas preliminares e Corinthians e Ponte Preta como jogo de fundo.

A atitude tomada por Chedid, à revelia de Vicente Matheus, aproximava o mandatário alvinegro e sua torcida na percepção de que o time seria prejudicado em suas rendas. Matheus afirmava publicamente que, caso mantida a rodada dupla, não levaria seu time ao Morumbi. Na véspera da partida, nove torcidas organizadas se reuniram em assembleia para decidir uma atuação conjunta: Gaviões da Fiel, Camisa 12, Tico, Fito, Coração Corinthiano, Povão Torcida Unida, Mosqueteiros do Timão, Garra Corintiana e Corinthians Até a Morte. Antes do encontro os torcedores se concentraram em frente à sede Federação Paulista de Futebol, batucaram e gritaram “É ou não é / piada de salão / o turco sem-vergonha / roubar o coringão”, em alusão ao presidente da entidade.

Um grupo de torcedores organizados compareceram ao Morumbi para distribuir um manifesto assinado por onze torcidas corintianas em apoio a Matheus e ressaltando as incoerências da FPF no encaminhamento da rodada dupla. O protesto foi observado por duas dezenas de viaturas da PM e cumpriu sua promessa de manter-se pacífico. As músicas de carnaval e os gritos contra os palmeirenses e detratando Nabi Abi Chedid eram o aquecimento para o ato do dia seguinte.

A ordem judicial que impedia a realização do segundo jogo foi entregue ao vice-presidente da FPF, Márcio Papa, pouco antes do início da partida, e repassada ao árbitro, Romualdo Arpi Filho. A Ponte Preta e o árbitro entraram em campo, esperaram vinte minutos e se retiraram. Nas arquibancadas, poucos corintianos compareceram, e até o horário do jogo eram correntes os boatos de que o time poderia chegar atrasado ou que todos os torcedores sairiam do Morumbi e entrariam, pagando novos ingressos, para configurar um novo jogo. Por fim, a equipe corintiana não entrou em campo.³⁰

A redação do semanário *Placar* comemorava a atitude de enfrentamento de Matheus perante os desmandos do presidente da Federação Paulista de Futebol, e afirmava que a mesma postura deveria ser tomada por dirigentes de outros clubes, geralmente subservientes. Torciam ainda para que a atitude de Matheus gerasse ecos em Heleno Nunes, presidente da Confederação Brasileira de Desportos, e em Giulite Coutinho, no Conselho Nacional de Desportos – o primeiro, para que adotasse um Campeonato Brasileiro

³⁰ PALHAÇADA, fora Nabi! *Placar*, 16 nov. 1979, n. 499, p. 15-7.

dividido em três divisões, com no máximo 30 (trinta) equipes em cada; e o segundo, para providenciar uma legislação que proibisse atitudes como a de Chedid.³¹

No dia seguinte à rodada dupla, as torcidas corinthianas se concentravam para um novo protesto em frente à sede da Federação Paulista de Futebol. O ato organizado pela Camisa 12 e pelos Gaviões da Fiel reuniu os 11 (onze) grêmios signatários do manifesto de apoio à decisão de Vicente Matheus.³² Alocados nas calçadas e sob vigia da polícia, os torcedores prometiam um ato sem violência e sem xingamentos. O grito de guerra “Fiel unida jamais será vencida”, passou a “Fora Nabi”, “É ou não é piada de salão, o turco sem-vergonha roubar o Coringão” e, no fim do protesto, a “Morra Nabi” e “Fora turco ladrão”. A concentração de torcedores era aplaudida pelos passageiros de ônibus, motoristas e transeuntes das cercanias do prédio na Avenida Faria Lima.

Elisa, torcedora-símbolo do Corinthians, foi levar sua solidariedade aos seus “netinhos”, mas preferiu ficar na retaguarda do protesto conversando com o são-paulino Hélio Silva. O presidente da Tusp ia levar seu apoio às reivindicações dos corinthianos. Segundo Silva, era necessário lisonjear uma torcida que mostrava sua força e exigia respeito dos dirigentes. O torcedor só era lembrado na hora de pagar o ingresso e não era levado em conta hora de elaborar o campeonato. E prometia que, se o campeonato de 1980 seguisse com a bagunça, as torcidas poderiam boicotar os jogos.³³

Para Cláudio Faria Romero, presidente da Camisa 12 e um dos agitadores do movimento, a FPF não podia tratar o Corinthians como os outros times, afinal, era capaz de conseguir suas rendas sozinho. Segundo o torcedor, “O Corinthians é maior que a Federação, a CBD e tudo mais. É um time que não precisa de ninguém para sobreviver, só dele mesmo e de nós. Seja no Campeonato de divisão especial, intermediária, primeira, segunda e até no Desafio ao Galo, na várzea”.³⁴

A demanda entre o clube do Parque São Jorge e a Federação Paulista de Futebol demorou tanto a ser resolvida, com ganho de causa para a Ponte Preta, que as semifinais e finais do campeonato estadual de 1979 foram disputadas em 1980. E, ironicamente, com a decisão entre Corinthians e Ponte Preta.

³¹ MATHEUS, o libertador. *Placar*, 23 nov. 1979, n. 500, p. 12-4.

³² HOJE, o protesto dos corinthianos. *Folha de S. Paulo*, 12 nov. 1979, p. 18.

³³ ANTES de enterrar Nabi, torcida pediu sua renúncia. *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 1979, p. 30.

³⁴ A RESPOSTA da torcida ao presidente da FPF. *Folha de S. Paulo*, 19 nov. 1979, p. 17.

Vicente Matheus foi provavelmente o maior vencedor do Campeonato Paulista de 1979, acima até de seu clube. Ao desafiar o autoritarismo de Nabi Abi Chedid, Matheus remodelava parte da sua imagem de ditador, conseguida ao longo de quatro mandatos consecutivos na presidência do Corinthians. O verniz democrático que trazia consigo, corroborado até por um elogio do semanário *Placar*, que o chamou de “libertador” do futebol paulista, colaborava também com a narrativa de que o mandatário era um defensor intransigente dos interesses corinthianos. Assim, Matheus, que vivia em conflito com as torcidas organizadas do Corinthians, conseguiu o apoio irrestrito dos grêmios de torcedores, mesmo que provisório.

No entanto, os abusos à condição do torcedor não eram apenas de cunho burocrático ou fruto de disputas políticas. A maior parte do tempo eram questões sentidas na pele, como os excessos da atuação policial.

CANINDÉ, 16 DE AGOSTO DE 1981, E A MARGINALIZAÇÃO DO TORCEDOR ORGANIZADO

A partida entre Portuguesa e Santos atraiu ao estádio Canindé 18.400 (dezoito mil, quatrocentos) torcedores no dia 16 de agosto de 1981. Logo após dois minutos de jogo o árbitro expulsou Márcio, do Santos, e Toquinho, da Portuguesa, por jogo violento. Porém, após o episódio, o jogo transcorria normalmente no campo e nas arquibancadas até os 25 minutos do segundo tempo. Segundo Sérgio Martins, repórter de *Placar*, a calma foi interrompida quando um grupo de torcedores da Lusa entrou pelo portão errado, passando no meio da torcida adversária. A situação gerou palavrões, bolinhas de papel e ameaças por parte da torcida santista. Quando um torcedor visitante “beliscou o bumbum de uma moça do grupo adversário”,³⁵ os policiais militares resolveram agir contra a torcida visitante.

A ação policial incidiu sobre a Torcida Jovem do Santos. Soldados empurraram torcedores arquibancada abaixo, golpearam-nos com cassetetes e os chutaram. Cosmo Freitas foi empurrado da arquibancada e, quando parou de rolar, continuou a ser agredido a cacetadas. O fotógrafo Jorge Araújo, da *Folha de S. Paulo*, que documentava o jogo e o incidente, teve sua máquina arrancada por um policial e o filme retirado para não deixar provas, apesar do televisionamento do jogo. Martins concluía seu relato com a ironia de

³⁵ MARTINS. Portuguesa x Santos, um caso de polícia. *Placar*, 21 ago. 1981, n. 588, p. 6.

que a ação contra o fotógrafo talvez fosse um avanço na conduta da PM, pois antes eles ainda agrediam os jornalistas antes de calá-los.³⁶

Octávio Gonzaga Júnior, secretário de segurança pública à época, prometeu: “Os culpados serão punidos, até com expulsão dos quadros da Polícia Militar”.³⁷ Tal discurso somava-se a várias falas semelhantes de seus antecessores sobre a punição de policiais violentos. No entanto, para Gonzaga Júnior era necessário relativizar a responsabilidade do policiamento e reconhecer que, para tal resposta, algo de errado havia na conduta dos torcedores: “Houve algo para que os policiais usassem daquele método, que é condenável em todos os aspectos, mas quero que tudo seja apurado com rapidez e repito, os culpados serão punidos”.³⁸

O comandante do 2º Batalhão de Choque, Izer Brizola, lamentava o incidente, mas culpava a atitude autoritária do presidente da Federação Paulista de Futebol. O comandante afirmava que grandes jogos no Canindé e no Parque São Jorge eram problemáticos e aconselhava a Federação, havia muito tempo, a realizar clássicos e jogos contra os clubes de Campinas apenas no Pacaembu e no Morumbi. Na visão do coronel, Nabi Abi Chedid estava interessado apenas no dinheiro e repassava as responsabilidades aos clubes. Brizola ressentia-se, pois, a Polícia Militar não tinha poder de veto sobre as partidas e necessitava submeter-se aos desejos da FPF.³⁹

Segundo Brizola, a proposta do Choque era o policiamento preventivo e comunicação entre os agentes para conter brigas nas arquibancadas. *O Estado de S. Paulo*⁴⁰ posicionava-se reconhecendo que essas práticas não foram utilizadas na atuação de domingo:

Mas não é apenas dos estádios que o 2º Batalhão de Choque cuida. Em época de greves, passeatas estudantis e de operários, os militares são empregados para o policiamento ostensivo, e pela experiência nos campos de futebol é que a violência empregada domingo no Canindé é criticada.⁴¹

Para o jornalista Darci Higobassi, do jornal *O Estado de S. Paulo*, a promessa de providências enérgicas estava perdendo sua credibilidade, dada a recorrência da violência policial, e a escolha do Canindé para receber a partida não era justificativa para as

³⁶ MARTINS. Portuguesa x Santos, um caso de polícia. *Placar*, 21 ago. 1981, n. 588, p. 6.

³⁷ SECRETÁRIO está constrangido. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

³⁸ SECRETÁRIO promete punição aos policiais. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

³⁹ SECRETÁRIO promete punição aos policiais. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

⁴⁰ VIOLÊNCIA só prejudica a imagem da PM. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

⁴¹ VIOLÊNCIA só prejudica a imagem da PM. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

agressões aos santistas. Ele atribuía um caráter simplista às acusações do comandante do 2º Batalhão de Choque e via nelas uma forma de não assimilar as lições do episódio.⁴²

O presidente do Santos, Rubens Quintas Ovalle, encaminhou um ofício à Secretaria de Segurança Pública inquirindo seus responsáveis sobre a violência contra a torcida. Aparentemente resignado, lembrava que nada justificava a violência sofrida por sua torcida, mas dizia: “Temos que acatar o que acontece, mesmo porque já aconteceu...”.⁴³ A direção da Portuguesa reconhecia que, apesar da fama de violenta ostentada pela torcida santista, muitos excessos foram cometidos pelos policiais no Canindé.⁴⁴

Em Brasília o incidente foi repercutido no pronunciamento do deputado Pimenta da Veiga, do PMDB mineiro, que cobrou atitudes do governador Paulo Maluf para que o episódio não passasse impune.⁴⁵ Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a ação policial também foi matéria de discussão, com críticas que partiram tanto dos opositoristas do PMDB e do PT como da situação, representada pelo PDS.⁴⁶

Uma comissão de torcedores organizados, com a participação da Torcida Jovem do Santos, Tico, Gaviões da Fiel, Raça Alvinegra, Inferno Verde, Império Verde, Tusp e Juventude da Mooca do São Paulo, foi recebida por Chedid para protestar contra a violência policial ocorrida no domingo. O presidente da Federação se solidarizava com os torcedores e afirmava já ter mandado um ofício ao secretário de segurança pública.⁴⁷

Os torcedores sugeriam novas perspectivas de policiamento, como a ausência de policiais dentro dos estádios, pois esta provocava “uma sensação de violência e revide entre torcedores”.⁴⁸ Chedid reconhecia as falhas, mas os métodos de segurança eram uma questão da alçada da Polícia Militar e ele podia apenas sugerir mudanças, mas reforçava que os torcedores não poderiam ser tratados como marginais e que a polícia deveria exercer um papel preventivo.⁴⁹

A *Folha de S. Paulo* acompanhou a repercussão dos acontecimentos na sede da Torcida Jovem do Santos. Muitos dos torcedores passaram o dia na sede da torcida contando das agressões sofridas. Como o caso dos irmãos surdos, que haviam sido presos e

⁴² HIGOBASSI. Atitudes que só afastam o público. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

⁴³ CLODOALDO não viu motivos para o “massacre” no Canindé. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁴⁴ SANTOS também faz protesto. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

⁴⁵ SECRETÁRIO está constrangido. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁴⁶ SECRETÁRIO está constrangido. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁴⁷ NABI diz que torcedor não é marginal. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁴⁸ TORCIDAS exigem maior segurança nos estádio. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 24.

⁴⁹ NABI diz que torcedor não é marginal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1981, p. 26.

constrangidos a falar, ou a história de João Paulo Santana, que dormira na arquibancada e achou que estava sonhando quando viu o tumulto e levou um golpe de cassetete.

A sugestão de Cosmo Freitas era um boicote às partidas de futebol até que os excessos policiais fossem resolvidos. Contudo, o dirigente da Torcida Jovem não acreditava em mudanças e a sua descrença era embasada em episódios anteriores. Lembrou-se da partida entre Santos e Operário, em 1978, e do jogo seguinte, contra a Desportiva, em que a polícia prendeu arbitrariamente o torcedor King-Kong, mantendo-o três dias no Deic e pretendendo responsabilizá-lo pelo ocorrido. Recordou-se também do espancamento da torcedora Rosângela, em 1979, e da agressão da polícia contra os corintianos na partida contra o Guarani em 1978. No final da tarde da segunda, dia após o jogo, o grêmio publicou uma nota em que pedia “o expurgo desses agressores insaciáveis ou, caso contrário, dentro de pouco tempo, poderá haver mortes em nossos estádios”.⁵⁰

O presidente da Torcida Jovem do Santos afirmava que a sindicância tinha grandes chances de fracassar, pois estava a cargo da própria agressora, a Polícia Militar. Segundo Cosmo, seu nome constava no boletim de ocorrência como testemunha, quando na verdade fora uma das vítimas, e Matogrosso, outra vítima, era citado como réu.⁵¹

Flávio La Selva, que prestava solidariedade aos colegas santistas, expunha um quadro que afetava todas as torcidas:

No Corinthians, se você verificar, existem mais histórias e nas outras torcidas também. Esperamos que desta vez os fatos sejam apurados e os maus elementos da PM sejam afastados. Na ATOESP, temos uma antiga reivindicação, que é a existência de um corpo de polícia especial, que saiba lidar com o público.

Estes policiais precisam entender que um estádio tem de tudo, como uma cidade, mas o espírito é outro. É de lazer. Agora, todos vão falar em violência, mas o problema não vai ser resolvido. Todas as torcidas têm que se unir para que os policiais não criem novos problemas. Eles até parecem sádicos que gostam de bater nos torcedores. Acho que em um jogo sem policiais não iria acontecer nada.⁵²

CONCLUSÃO

O envolvimento das torcidas organizadas na denúncia dos problemas do futebol paulista e na busca por soluções contou com uma significativa acolhida e cobertura midiática, que em muitos sentidos corroborava com as críticas feitas pela ATOESP.

⁵⁰ NABI diz que torcedor não é marginal. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁵¹ JOGOS podem ser boicotados. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

⁵² JOGOS podem ser boicotados. *Folha de S. Paulo*, 18 ago. 1981, p. 26.

No entanto, quando as proposições dos torcedores chegavam às instituições diretamente implicadas no espetáculo esportivo, como a Federação Paulista de Futebol, a Secretaria de Segurança Pública e o comando da Polícia Militar, as chances de mudanças eram sabidamente pequenas. As críticas dos torcedores à organização do futebol em São Paulo eram manejadas por dirigentes esportivos, políticos e militares para se eximirem de suas culpas e acusarem seus adversários. A imensa quantidade de ofícios trocados entre burocratas e a recorrência dos mesmos problemas são mostras de um jogo truncado, demagógico e distante das aspirações dos torcedores.

A essas questões se somava, a cultura policial brasileira, imersa no período da Ditadura Militar, que excedia o espaço do futebol, mas afetava-o diretamente. A lógica adotada na pretensa caça à subversão, promovida pelos órgãos de segurança do governo autocrático, afetava atos de cunho político, como passeatas, protestos e atuação sindical, e os torcedores, em suas tentativas de expressão.⁵³

Para além de repressor, o sistema policial adotado nos estádios era ineficiente, visto que diversos eventos com feridos contaram com erros estratégicos da Polícia Militar. Além de não resolver o problema da violência, a PM era um agente da construção desse ambiente. A descrença dos torcedores em potenciais mudanças, presente nas declarações de Cosmo Freitas após as agressões sofridas na partida entre Portuguesa e Santos, era o reconhecimento do jogo imobilizante em que os torcedores estavam imersos. A impunidade, realçada a cada novo incidente, quando o secretário de Segurança Pública do momento afirmava que seria aberta uma sindicância interna e os responsáveis seriam punidos, talvez seja o melhor exemplo das permanências do futebol paulista.

Apesar das dificuldades do cenário, a ATOESP desenvolveu um importante papel de união entre as torcidas organizadas em prol de melhorias para todos, superando no espaço político a rivalidade do meio esportivo. O sentido do futebol, como esporte popular, atrelou essas entidades, promoveu uma busca conjunta de direitos e a defesa dos costumes das arquibancadas.

A ATOESP seguiu atuante até 1983, quando as rivalidades clubísticas afetaram o encaminhamento de propostas conjuntas das torcidas organizadas paulistas e foi retomada brevemente em 1995, após a batalha campal do Pacaembu, para servir de instrumento de luta contra os fechamentos de torcidas organizadas levadas a cabo pelo Ministério Público.

⁵³ HOLLANDA; FLORENZANO. *Territórios do torcer*, p. 28.

Outras entidades que compartilhavam da mesma proposta de união entre as torcidas organizadas surgiram posteriormente como a Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ)⁵⁴ e a Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG),⁵⁵ reafirmando a necessidade e a atualidade do associativismo entre torcidas.

* * *

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O clube como vontade e representação**: O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

HOLLANDA, Bernardo B. B.; FLORENZANO, José Paulo. **Territórios do torcer**: Depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol. São Paulo: Educ, 2019.

SILVA, Fernando Pereira da. **Fernando Pereira da Silva** (depoimento). Campinas, 2018. Entrevistador: Vitor Canale. 1h23.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: Desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. **Revista Esporte e Sociedade**, ano 11, n. 28, set. 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados, 1996.

* * *

Recebido em: 15 de outubro de 2021
Aprovado em: 31 de janeiro de 2022

⁵⁴ HOLLANDA. *O clube como vontade e representação*, p. 52.

⁵⁵ TEIXEIRA; HOLLANDA. *Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil*: Desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo, p. 15.